



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

CLAWDEMY FEITOSA E SILVA

**O desafio do estudante de licenciatura em pedagogia
na formação em e para direitos humanos**

Brasília – DF

2018

CLAWDEMY FEITOSA E SILVA

**O desafio do estudante de licenciatura em pedagogia
na formação em e para direitos humanos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado,
como requisito básico para a conclusão do
curso de Licenciatura em Pedagogia pela
Universidade de Brasília, sob orientação da
professora Andréia Mello Lacé.

Brasília – DF

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Clawdemy Feitosa. O desafio do estudante de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos. Dezembro de 2018. 48 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UNB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

FE/UNB-UAB

**O desafio do estudante de licenciatura em pedagogia
na formação em e para direitos humanos**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, sob orientação da professora Andréia Mello Lacé.

Membros da Banca Avaliadora

Orientadora: Professora Dra. Andréia Mello Lacé (FE/UnB)

Professora Msc. Janaina Teixeira Angelina (UAB/UnB)

Professora Dra. Carmenisia Jacobina Aires Gomes (FE/UnB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente ao Deus da minha vida, autor do meu destino, que está sempre ao meu lado. O Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, o qual amou o mundo de tal maneira que deu seu filho único, Cristo Jesus, para morrer na cruz por mim. A esposa Eliana, que sempre foi incentivadora, apoiadora, motivadora, e acreditou que eu seria capaz de chegar até aqui, e também aos meus filhos, Emanuelle Feitosa (20), aluna da UnB no curso de Bacharel em Teoria Crítica e História da Arte (TCHA) o qual muito nos orgulha e que é um exemplo de dedicação, e ao meu filho Davi Feitosa (16), que em sua adolescência tem se dedicado aos estudos, e possa em sua vida compreender, que o caminho da educação é um caminho de crescimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília que fizeram parte da UAB IV, e que ao longo desses cinco anos de licenciatura foram o alicerce na construção de temas teóricos, aprendizagem de conhecimentos práticos na dimensão da minha formação e paixão pelo ensino.

Agradeço aos meus colegas de turma UAB IV do Polo de Alto Paraíso de Goiás, e de outras regiões do Brasil e do mundo, pelo incentivo, integração, paciência e companheirismo nessa jornada para realização e concretização da graduação.

Agradeço a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, na pessoa da Coordenadora Prof.^a Doutora Raquel Almeida que ao longo da caminhada também incentivou para novos olhares que a carreira de pedagogo permite, e o atual Coordenador Prof.^o Doutor Tel Amiel, que tem o desafio em continuar a promover e guiar a educação a distância com a excelência aos futuros colegas.

Agradeço a Coordenadora do Polo de Apoio presencial em Alto Paraíso de Goiás, a professora Marta Silva, dedicada e atenciosa com os alunos, e a minha inesquecível tutora Edna, pessoa de estimável humanidade e exemplo de acolhimento.

Agradeço também as queridas professoras que participaram da banca, Prof.^a Dra. Carmenisia Jacobina Aires Gomes (FE/UnB) por suas contribuições relevantes para a qualidade desse trabalho, além da Prof.^a Doutoranda Janaína Angelina Teixeira (UAB/UnB) que ao longo do semestre foi pontual em suas considerações, e a minha orientadora Prof.^a Dra. Andréia Mello Lacé (FE/UnB), meus sinceros e fraternos agradecimentos por sua orientação e acolhida.

EPÍGRAFE

Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos! Por que quem compreendeu a mente do Senhor? ou quem foi seu conselheiro? Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado? Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.

Carta aos Romanos (11:33-36)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o desafio do estudante de licenciatura em pedagogia modalidade EaD na formação da educação em e para direitos humanos. Quanto aos objetivos específicos foi de identificar legislações que promovam a educação em direitos humanos no currículo na formação de licenciatura em pedagogia; e analisar os desafios dos estudantes de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos na modalidade EaD. Por meio do método descritivo, foi possível a realização de questionário semiestruturado, o qual permitiu promover uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, e com a devida a tecnologia (google docs) possibilitou celeridade e qualidade das respostas dos estudantes pesquisados. Os resultados mostraram dois aspectos distintos: desafios dos estudantes de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos na modalidade EaD, e a não identificação no currículo de legislações que promovam essa mesma educação em direitos humanos para o fortalecimento e esclarecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Verificou-se com os estudos que as legislações da educação em e para direitos humanos não contemplam de forma transparente no currículo e não promovem o fortalecimento para que o estudante, tanto no estágio ou em sala de aula (espaço laboral) saibam como agir caso haja qualquer envolvimento ou suspeita de maus-tratos contra criança ou adolescente, e assim tome as devidas providências pertinentes e julgadas cabíveis para a proteção integral à criança e ao adolescente.

Palavras-Chave: Formação. Educação em e para Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present research had as general objective to analyze the challenge of the student of degree in Pedagogy modality EaD in the formation of education in and for human rights. The specific objectives were to identify legislation that promotes human rights education in the curriculum in undergraduate education; and analyze the challenges of undergraduate students in pedagogy in training in and for human rights in the EAD modality. Through the descriptive method, it was possible to carry out a semistructured questionnaire, which allowed to promote a qualitative, bibliographical research, and with the due to the technology (google docs) made possible the celerity and quality of the answers of the researched students. The results showed two distinct aspects: the challenges of undergraduate students in pedagogy in training in and for human rights in the EAD modality, and the lack of identification in the curriculum of legislation promoting this same human rights education for the strengthening and clarification of the Statute of the Child and Adolescent. It was verified with the studies that the laws of education in and for human rights do not contemplate in a transparent way in the curriculum and do not promote the strengthening so that the student, either in the stage or in classroom (work space) knows how to act if there is any involvement or suspected abuse of children or adolescents, and so take appropriate and appropriate measures for the protection of children and adolescents.

Keywords: Formation. Education in and for Human Rights.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO TCC	13
DIMENSÃO 1: MEMORIAL.....	14
DIMENSÃO 2: PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	17
DIMENSÃO 3: MONOGRAFIA	18
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	26
CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE	46

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Gênero dos respondentes

Gráfico 2 – Idade dos respondentes

Gráfico 3 – Período de curso dos respondentes

Gráfico 4 – Questionamento sobre acesso a materiais didáticos e paradidáticos em e para direitos humanos.

Gráfico 5 – Conhecimento de temas relacionados a EDH na forma de transversalidade e interdisciplinaridade.

Gráfico 6 – Questionamento sobre alguma disciplina como conteúdo específico de EDH.

Gráfico 7 – Sobre acesso ao ECA como tema ou disciplina.

Gráfico 8 – Sobre acesso o ECA ser importante como possível disciplina curricular

Gráfico 9 – Da teoria à prática, para exercer a profissão como docente e manifestar-se a qualquer possibilidade de violação ao ECA?

Gráfico 10 – Durante o estágio, teve experiência bem-sucedidas na EDH?

Gráfico 11 – Visualização durante estágio de alguma forma de violação da educação em e para direitos humanos?

Tabela 1 – Concepção dos respondentes sobre EDH.

Tabela 2 – Concepção dos respondentes sobre Educação “em e para” direitos humanos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEE	Educação com Necessidades Educacionais Especiais
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ISCP	Instituto Superior de Ciências Policiais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEPIE	Núcleo de Estudos e Pesquisa Infância e Educação
PPGDH	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
SEEDF	Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal
UFCat	Universidade Federal de Catalão
UnB	Universidade de Brasília

APRESENTAÇÃO DO TCC

O presente trabalho de conclusão de curso tem suas dimensões consolidadas em três pilares, na qual a primeira evidencia o meu memorial educativo desde minhas tenras lembranças da educação recebida escolar e não escolar. Alguns momentos vividos foram, em outros de grandes superações, mas foi através da mesma educação que hoje aos quarenta e oito anos estou concluindo minha terceira graduação.

A segunda dimensão refere-se as minhas perspectivas profissionais, que seguem engajadas na promoção de ensinar com qualidade aos futuros docentes e discentes. Espero que de alguma forma eu possa contar minha história e possibilitar um legado de que é possível chegar até aqui.

E por fim, a terceira dimensão é o próprio TCC, uma monografia que foi pensada ao longo dos cinco anos de formação. Fortalecida por teóricos e pesquisas sobre essa temática de formação e da educação em direitos humanos. De fato, esse trabalho tem com premissa alertar para que a formação do futuro pedagogo não seja apenas uma base teorizada apenas em aspectos normativos estabelecida e exigida no currículo formal, mas possa despertar e conscientizar que devemos formar e sermos formados com qualidade para uma educação em e para direitos humanos. Uma educação para a proteção não somente da criança e do adolescente, mas para a proteção de nós educadores.

DIMENSÃO 1: MEMORIAL EDUCATIVO

Os poetas sabem que as crianças sabem coisas que não sabemos. Mas, à medida que crescem, elas as esquecem. Será a educação que faz isso?

Rubem Alves (2011)

Ser criança e tornar-se adulto requer habilidades no cuidado para não esquecermos dos ensinamentos que ao longo desse processo no desenvolvimento humano, tanto a vida quanto educação (escola) promovam a devida dialética de alteridade no modo de sermos.

A infância nos remete a momentos prodigiosos. Diria categoricamente, momentos entre a imaginação e a realidade. Um movimento de devir criança, momentos de desenvolvimento humano, onde trazer a memória aquilo que nos dá esperança. Os momentos de infância nos permitem lembrar de fatos de ternura, alegrias, interações, principalmente quando meus avós por não saberem ler, contavam histórias.

A oralidade foi marcante na minha infância. Talvez, nos dias dessa sociedade aprendente, os pais e os avós já não possuem o tempo que deveriam estar mais próximos de seus filhos e netos na promoção de possibilitar experiências marcantes para o convívio de suas crianças, seus netos a chegarem a vida adulta.

Sou filho de nordestinos, de pais com pouca instrução escolar. Recordo que a minha infância no interior do Nordeste, nos anos 70, quem tinha televisão era proveniente de uma família abastada. No meu caso, a nossa diversão era a rua. Rua sem asfalto, rua sem rede de esgoto, rua sem água encanada, mas isso não era impedimento para as brincadeiras.

Todos nós, crianças do bairro, nos conhecíamos e tirávamos o período da tarde para brincar até de noitinha. Pela manhã, boa parte das crianças da minha idade estavam na escola. Somente crianças com 7 anos de idade, pois idade menor que essa, somente em escolas particulares, que não era em grande quantidade como nos dias de hoje.

Que eu me lembre, a minha educação infantil foi marcante porque eu gostava de estar na escola. Durante toda a semana um lanche apetitoso para levar ou alguma atividade lúdica para brincar com os colegas de sala. Também me recordo das festas juninas, com os meus colegas fantasiados, com danças típicas. Naquela região, a cultura de São João é marcante, todos participam, e as escolas são bem enfeitadas.

Sobre a alfabetização, isso eu não me recordo, apenas me lembro de ter aprendido a ler com 08 (oito) anos de idade, a seguinte frase: “aperte aqui”, escrito numa lata de graxa de sapato.

A escola tem papel relevante como nicho cultural da sociedade, não somente de transmissão ou da manutenção do patrimônio cultural, mas de transformações, pois a família não é possuidora do pleno conhecimento cultural, precisa ir além das manifestações populares, e das tradições dentre outras práticas na promoção histórica, social e cultural.

Já nos anos 80, mudamos novamente, agora era Brasília o nosso destino. Fui morar em Planaltina-DF. Lá não tive dificuldades com a escola. Me dedicava cada dia mais, pois gostava muito de estudar, aprender, sempre focado em passar de ano, mas não entendia das tendências pedagógicas vigentes. Não fiz curso técnico, as minhas brincadeiras eram tão somente o futebol.

Nunca fui de reprovar. Apesar dos estudos reprovarem boa parte dos colegas ao longo da minha “maturidade” educacional, sempre procurei ser bom aluno. Na minha infância, boa parte estudei em escola pública procurando estar atento ao que era dado pelos professores. Fazia as minhas tarefas sem incomodar os meus pais. Quando possível, me reunia com os colegas para realizar as atividades em grupo.

Tive em alguns momentos a oportunidade de estudar em escolas privadas também, mas via de regra, boa parte foi em escolas públicas, com metodologias tradicionais de educação, memorização, fixação de exercícios, não podíamos conversar em sala, ou questionar o conhecimento do professor, mas, mesmo assim, sempre estive atento as minhas responsabilidades.

Acredito que a minha infância e adolescência tive um bom relacionamento social e individual. Talvez alheio as questões sociais, culturais ou econômicas, mas minhas percepções foram aflorando na adolescência obviamente.

Não tinha uma ideologia de vida, e nem me recordo de momentos educacionais ou professoras marcantes ou amigas, talvez por mudar muito ao longo da infância e adolescência, mas uma coisa eu tenho certeza, acredito que fui muito feliz.

Depois de servir a Marinha do Brasil, durante 08 anos, entrei para a Polícia Militar do DF, daí então, é que somente pude dar continuidade aos estudos, concluindo minha primeira graduação aos quarenta anos de idade como Tecnólogo em Segurança Pública e de Bacharel em Teologia.

Trabalhei como tutor e orientador acadêmico na especialização em Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (Escola que Protege) pela Universidade Federal de Goiás

vinculada ao NEPIE (Núcleo de estudos e pesquisa Infância e educação) e atualmente trabalho na Assessoria Pedagógica do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP/PMDF).

Sempre apoiado e incentivado pela minha esposa (Eliana Feitosa) e filhos (Emanuelle e Davi). Agora com quarenta e sete anos, já tenho o título de mestre em direitos humanos pela Universidade Brasília (UnB) com o tema voltado para a socioeducação, já estou finalizando a terceira graduação que é a de licenciatura em Pedagogia pela UnB e uma Especialização em Ensino Interdisciplinar em Infância e Direitos Humanos (lato sensu) pela Universidade Federal de Catalão (UFCat), agora, mais do que nunca, sei o quanto tenho mais responsabilidades em função da carreira que projeto na vida.

O fato de adentrar na formação em pedagogia foi pelo simples fato que a EaD proporciona além do conhecimento a distância, mesmo que há momentos presenciais e de estágio, a oportunidade de adequação em função do horário de trabalho e também, e diria o maior ponto de poder compreender e dialogar com o meu filho que a época estava com dificuldades na escola.

Ao ser aprovado em 10º (décimo) lugar fiquei muito feliz, pois havia terminado o ensino médio há muitos anos e não imaginava que seria capaz de conquistar essa nova oportunidade, diante da concorrência e das trinta vagas disponíveis.

Nestes cinco anos de estudo pela UAB/UnB, procurei não somente aprender como também ajudar meus colegas de turma, procurei também antecipar o curso, aproveitando o máximo de disciplinas que pudessem ofertar na licenciatura em pedagogia.

No segundo semestre do curso, a disciplina Educando com Necessidades Educacionais Especiais me chamou atenção. A disciplina promoveu novos olhares ao solicitar que fossemos a campo observar como seria as práticas nas escolas. Na escola, tive a oportunidade de perceber o quanto a educação precisa de investimentos, não somente de políticas públicas, mas de realizações entre os docentes x discentes, ou seja, alteridade.

Nesse processo, muitos autores da educação tem sido minha base para novos olhares e novas perspectivas, tanto que teóricos como Jacques Rousseau, Paulo Freire, Rubem Alves, Demerval Saviani e outro(as) me deram aportes para a escrita. Além de tornar-me um apreciador de livros em educação.

DIMENSÃO 2 – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Não imaginava minha ascensão ao mundo da educação. Tem sido tão importante que paralelo à licenciatura em Pedagogia, fiz o mestrado em Direitos Humanos e Cidadania pela mesma Universidade (UnB) no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) com a linha de pesquisa pautada na educação em e para direitos humanos. Para tal, é relevante que o nosso papel como docente seja imparcial, ético e com respeito as diferenças, pois as transformações serão gradativas, de uma forma ou de outra, aceitas ou negadas, pois a escola não é a única fonte de informação, e “o interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história” (GÉLIS, 2009, p.318).

Então, a maturidade chega em decorrência das experiências vividas, por isso, a simplicidade, a ingenuidade vão além da decodificação do alfabeto, e os questionamentos fluem para entendermos que “agora a transformação social é percebida como processo histórico em que subjetividade e objetividade se prendem dialeticamente” (FREIRE, 1989, p. 19), e assim, mesmo socialmente adulto, mas do que nunca, não posso esquecer que na vida, é importante ser permeada dos bons momentos da infância, pois quem não teve uma boa infância, como poderá ter uma boa vida adulta?

Nas minhas perspectivas futuras, desejo, sonho, aspiro uma carreira como docente nesses quase cinquenta anos de vida. De sorte, espero promover muito mais que conhecimento, mas interações, transformações, inquietudes para sermos adultos e jamais esquecermos das nossas experiências de vida.

Quando crianças pensamos como crianças e quando nos tornarmos adultos deixamos de pensar como crianças em função das responsabilidades sociais, mas jamais devemos deixar nossas “purezas de alma” na transmissão da vida.

Nesse sentido, minha pesquisa propõe fortalecer ainda mais os estudantes de pedagogia, que diante de suas atividades deve estar atento ainda mais com os desafios dos direitos e deveres que estão postos. Considerar que os futuros docentes devem estar consolidados numa educação em e para direitos humanos, para tal, a *educação em* encontra-se atrelada ao currículo de formação na promoção dos direitos e deveres, em legislações que o permita dialogar não somente entre pares da profissão, mas entre os seus alunos. E por isso, a *educação para direitos humanos*, vai além da legislação curricular formal, mas de transformação pessoal e social na comunidade escolar.

DIMENSÃO 3 – MONOGRAFIA

Introdução

A formação de qualquer profissional licenciado nos impulsiona a considerar que tão somente a matriz curricular ou os estágios em si, não são suficientes diante dos desafios suscitados em seu espaço laboral após a conclusão de uma graduação, de um processo de formação de professores.

Algumas lacunas na matriz curricular de muitos cursos de licenciaturas são perceptíveis ao longo do processo de formação, e quando a prática suscita a luz do entendimento e das ações, há por muitos profissionais o questionamento sobre a fragilidade ou a ausência de disciplinas que o norteie em suas demandas.

Diante do proposto, para tal pesquisa em si, devem compreender a relevância para esses profissionais no que tange sobre o devido planejamento. Nesse sentido, conduzem ao plano macro (maior abrangência do que se deseja pesquisar) com possibilidades de recortes, obviamente que difere do tema, que nos guia no pressuposto do pesquisador com parâmetros definidos em sua proposta de pesquisa, ou seja, o tema é o assunto delimitado. Para Minayo (2001, p. 37) “o tema de uma pesquisa indica uma área de interesse a ser investigada”, contudo, o problema de pesquisa, permitirá um recorte mais delimitado, e assim, permitirá sua problematização, algo bastante significativo, e que por vezes, não é uma ação fácil.

Logo, o tema apresentado pauta-se em compreender sobre: o desafio do estudante de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos.

Todavia, diante da qualidade não somente do ensino, mas da formação docente, onde muito mais que transmitir conhecimento, cabe ao profissional atentar para o relacionamento (diálogo) professor x aluno, a problemática suscitada destaca-se em: qual a percepção do estudante de licenciatura em pedagogia durante sua formação inicial sobre o componente curricular obrigatório da educação em e para direitos humanos?

De certo, que a educação tem sido um processo dinâmico e constante, requer dos operadores da educação não somente conhecimento nas tratativas inter-relacionais, mas também suscita, responsabilidades, direitos, deveres, alteridade muitas vezes, pois o espaço educacional vai além da infraestrutura física do trabalho.

A matriz curricular tem sido um norteador para a formação docente, seus desafios estão em consonância com o mais recente Plano Nacional de Educação (PNE-Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) que em suas dez diretrizes tem como proposta alcançar vinte metas, no lapso temporal da sua criação (2014) até 2024, ou seja, uma década, promover a qualidade do ensino assim como, promover também uma qualidade na formação docente, em especial, no curso de licenciatura em pedagogia.

Para tanto a presente monografia se divide em 3 capítulos, a saber: capítulo primeiro composto pelo Referencial Teórico onde apresento o suporte para a pesquisa sob o tema desafio do estudante de licenciatura em pedagogia modalidade EaD na formação em e para direitos humanos

Em sequência está o segundo capítulo, a saber: Metodologia, onde os passos metodológicos para alcançar o objetivo geral que é compreender sobre o desafio do estudante de licenciatura em pedagogia modalidade EaD na formação em e para direitos humanos

No terceiro capítulo trazemos os resultados da pesquisa e a análise dos dados levantados em breve discussões que retratam em parte reflexões de ressignificações relacionais dos saberes e fazeres entre educadores e educandos. Para tal aporte, subdividi em três subtópicos que são: Futuros educadores e educandos, o qual evidencia em proposta de proximidade no relacionamento em sala que vai além do currículo entre professor e aluno, e com isso não impere qualquer tipo de desrespeito, omissão ou violência, para tal o educador deve estar consciente de seus deveres e obrigações e assim promova uma educação em e para direitos humanos. O segundo subtópico trata-se do formador de sujeitos de direitos, o qual o educador tem a responsabilidade e a capacidade de compreender seus desafios para a formação do outro, ter a sensibilidade das transformações sociais, culturais e econômicas que interferem na formação de qualquer sujeito, em especial seu aluno, ainda mais no ambiente escolar onde as informações tornam-se possibilidades de conhecimento e empoderamento. E por fim, o desafio para educação em e para direitos humanos, o qual procuramos estar atento da possibilidade de implementação como disciplina na matriz curricular do curso de licenciatura em pedagogia, ou pelo menos a inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que o futuro pedagogo tenha entendimento de suas ações em seu espaço laboral e assim seja mais efetivas para mudanças significativas na formação do sujeitos em prol de uma sociedade melhor.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

Durante o curso de licenciatura em pedagogia na modalidade a distância, os estudantes nesse processo de transição, na busca da expansão do conhecimento têm em sua concepção que a sua formação, fruto não somente das disciplinas na matriz curricular possibilitará mecanismos conceituais e de ações para a sua atividade-fim. Então, o que podem compreender sobre o conceito de formação?

Para Gadamer (1997, p.47),

Aqui, formação não significa mais cultura, isto é, aperfeiçoamento de faculdades e de talentos. (...) O equivalente latino para formação é *formatio* e corresponde noutros idiomas, p. ex., no inglês (em Shaftesbury) a *form* e *formation*. Também no alemão existem as correspondentes derivações do conceito de *forma*, p. ex., *Formierung* e *Formation*, há muito tempo em concorrência com a palavra *Bildung* (formação).

O conceito do termo formação encontra-se alicerçado através do filósofo Hans-Georg Gadamer (1997, p.48) que em sua obra *Verdade e Método*, publicada em 1960 (sua primeira edição), esclarece que o conceito não é mais aceito no arcabouço conceitual de formação natural, mas “antes de tudo, especificamente, a maneira humana de aperfeiçoar suas aptidões e faculdades”, uma crítica a metodologia positivista vigente.

Ainda sobre a formação, cabe evidenciar que na formação, os estudantes de licenciatura não estão sozinhos na caminhada, há uma dialética, nesse sentido,

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *forrar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (FREIRE, 1996, p.13).

Não podem ser objetos em nossa formação, não devem ficar alheios aos acontecimentos sociais e educacionais (espaço laboral), somos seres em movimento, dinâmicos de nossa própria gênese, e se nesse sentido apenas transferir conhecimento é a mola mestra da realização pessoal, serão tão simplesmente “professores” e não educadores.

Portanto, cabe evidenciar outro conceito relevante neste trabalho de pesquisa, conceber que a Educação em Direitos Humanos na América Latina, diante de sua jovialidade é fruto de lutas sociais e populares em decorrência dos acontecimentos da repressão política dos anos 60. Toda essa abordagem teórica crítica da educação, nos países da América Latina,

não deixou à margem os educadores do Brasil, pelo contrário, inseriu novas concepções transformadoras, para tal,

A Educação em Direitos Humanos potencializa uma atitude questionadora, desvela a necessidade de introduzir mudanças, tanto no currículo explícito, quanto no currículo oculto, afetando assim a cultura escolar e a cultura da escola (CANDAUI, 1998, p. 36).

Diante das metas exigidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), os estudantes de licenciaturas devem atentar a outras questões do que simplesmente “pontuar” os índices a serem alcançados sem a devida qualidade e entendimento do que seja Educação em Direitos Humanos. Tanto, que o termo, direitos humanos, só é citado apenas duas vezes em todo o PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), e sem o devido conceito do que seja e para que se propõe.

Por isso, a educadora enfatiza que,

Neste sentido, a formação de educadores que estejam aptos a trabalhar a EDH, é o primeiro passo para sua implementação. Ela deve passar pelo aprendizado dos conteúdos específicos de direitos humanos, mas deve especialmente estar relacionada à coerência das ações e atitudes tomadas no dia-a-dia. Sem esta coerência, o discurso fica desarticulado da prática e deslegitima o elemento central da EDH: a ética (TAVARES, 2007, p. 487).

Que tipo de identidade na minha formação em licenciatura desejo promover? Apenas como um condutor de teorias, como um aplicador de avaliações ou de uma identidade profissional de educador pautado na ética? Que tipo de percepção devo alicerçar para que no espaço laboral possam atentar para questões de violações ou omissões frente aos alunos (crianças e adolescentes)?

A percepção de nossos saberes deve estar atrelada a nossa prática educativa, até porque em nosso modo de sermos e de nos tornarmos humanos, eu (estudante) preciso do outro (educador) para que nós (professor x aluno) tenhamos a autonomia, o respeito, e a rejeição a quaisquer formas de discriminação, pois ensinar exige consciência do inacabamento (FREIRE, 1996).

Na busca de tentar compreender qual a percepção do estudante de licenciatura em pedagogia durante sua formação inicial sobre o componente curricular obrigatório da “Educação em e para Direitos Humanos (EDH)”, a busca bibliográfica sobre o tema encontrou cerca de cinco mil trabalhos científicos no google escolar. Foi realizada a pesquisa por considerar as palavras-chaves: formação, currículo e direitos humanos.

Após refinar a pesquisa (retirando patentes e citações) especificou-se o período de um ano, mais recentes, ou seja, publicações de 2018, escritos em língua portuguesa, e assim,

obtive cerca de três mil trabalhos científicos a pesquisar, desses, analisei apenas alguns trabalhos, os quais estão descritos em referência de acordo com o meu tema de pesquisa.

As análises foram realizadas acerca dos trabalhos escritos por Blanco; Abreu; e Dalmina (2018) com o tema *Formação de pedagogos do CEAD/UEDESC na perspectiva inclusiva*, em que evidencia a preocupação sobre a questão da formação de pedagogo independente do seu campo de pesquisa *in loco*, ou seja, seus apontamentos destacam nuances pertinentes para a reflexão nesse trabalho, assim como o trabalho de Carvalho (2018) o qual dá ênfase ao tema *Educação em direitos humanos: uma revisão de literatura*, bem como os aportes de Nascimento; Freitas; Pereira; Palmeira (2018) com seu tema sobre *Imagens, Concepções e Avaliações: a experiência de um curso de educação em direitos humanos*, o qual procurou identificar e analisar as percepções, os valores e as representações para a formação de educadores, bem como, o trabalho da professora Zenaide (2018) com o tema *Educação em Direitos Humanos e Democracia: história, trajetórias e desafios nos quinze anos do PNEDH* que ainda tem seus avanços e dificuldades a serem identificados, e, por fim, não finalizando a proposta em questão, tem Almeida; Reis (2018) com sua abordagem *A educação em direitos humanos como ferramenta de consolidação e expansão dos direitos humanos*, onde procuram evidenciar a importância da EDH na promoção e empoderamento do ser e em relações sociais, emancipando sua consciência e o guiando para o compromisso coletivo com o outro, sujeito de direitos.

Para em termos específicos ou palavras-chaves nem sempre é fácil, para concatenar com o trabalho em si proposto, é preciso refinar a pesquisa, portanto, na análise de Blanco, et al. (2018) diante a formação docente inclusiva, o desafio do professor está em sua preparação, formação, o qual diante de seus alunos deverá acolhê-los, respeitando suas individualidades, suas diferenças humanas, na devida compreensão da educação para todos, destacando a singularidades de cada um dentro de uma contextualização plural de educação.

O próprio Plano Nacional de Educação (2014-2024) estabelece como meta 10, estimular a diversificação curricular para que o futuro docente articule inter-relações a base da educação não somente para o mundo do trabalho, mas para a dialética teoria e prática, em especial a cidadania, considerando os aspectos socioculturais adequados no espaço tempo desses alunos (BRASIL, 2014).

Cabe ressaltar conforme a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) estabelece em seu art. 62, § 3º que para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena subsidiariamente através de recursos e tecnologias de Educação a distância.

Nesse sentido, Blanco, et al. (2018) aponta que a formação docente para atuar na perspectiva inclusiva e de direitos humanos, além de ser essencial, deve ser assegurada em sua plenitude, pois ainda tem sido restrita diante das estruturas curriculares. Para a autora, deve avançar além das normatizações e instituições de ensino superior (IES), com o devido subsídio teórico-metodológico voltado com ações e práticas e temas mais abrangentes para a devida aprendizagem de transformação social.

A escola durante seu processo histórico-social, tem sua devida importância “para a formação de cidadãos e cidadãs, para a construção de valores mais humanos e igualitários, como lócus de afirmação do direito de todos à diferença e, ao mesmo tempo, à igualdade diante da lei” segundo nos esclarece Nascimento (2018, p.123). Logo, cabe ao futuro professor considerar em ser um condutor ao conhecimento não somente de conteúdo curricular proposto pelo Estado para ser aprovado em vestibular ou conseguir uma carreira profissional, mas para a devida promoção de uma cultura dos direitos humanos e cultura de paz.

Quanto ao currículo para a formação docente, o que podemos esperar na promoção de uma nova possibilidade de entendimento e realização entre professores e alunos? Segundo a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece em seu art. 7º que:

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional (BRASIL, 2012).

Diante das propostas na organização dos currículos, Carvalho (2018, p.36) também evidencia que os desafios para o desenvolvimento de ações e programas de EDH para à formação de educadores referem-se a: “articular ações de sensibilização e formação; construir ambientes educativos que respeitem e promovam os DH; incorporar a educação em DH no currículo escolar e na formação inicial e continuada de educadores” dentre outros.

Evidente que o currículo tem sido um norte na promoção de criticidade e aplicação na busca de alcançar a devida qualidade na educação, mas devemos considerar que a educação não pode ser apenas uma ferramenta que tenha como objetivo alcançar metas em suas avaliações externas e internas, pelo contrário, um currículo que transforme, consolide, projete novas interpelações sociais tanto no âmbito escolar quanto no social.

Para Carvalho (2018) há sobre a temática em educação em direitos humanos uma panorama da produção de conhecimento ao longo dos últimos cinco anos (2011-2015), onde infere-se que Brasília encontra-se fora do eixo sul-sudeste com baixa produção sobre a temática sendo acima de duas publicações, com isso, o autor infere que existem temáticas semelhantes nacionais e internacionais e estudos sobre democracia, educação em direitos humanos, dentre outros. De certo, há poucos trabalhos que enfatizam a formação docente com a educação em e para direitos humanos.

Diante da realidade da formação docente e da educação em direitos humanos, conclui-se que a questão laboral com educação em direitos humanos precisa ser conciliada com duas dimensões, onde apenas destaco o racional e o afetivo. Para o autor, a racionalidade evidencia o domínio instrumental, volta-se apenas para os resultados, as metas, e simplesmente esquece o afeto, ignorando a temática da ética, a ética, o direito a existência. O desafio está envolto no espectro de dimensões e de magnitude mundial, mas que o alento fortalece na base das “ações mais comunitárias e dos espaços nos quais uma micropolítica da vida cotidiana possa ser valorizada e praticada” (NASCIMENTO, et al. 2018, p.136).

Conforme nos ensina Zenaide (2018, p.156),

A inserção da Educação em Direitos Humanos na educação básica teve o apoio institucional da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, quando ao longo do período de 2003-2006 criou programas e projetos de Educação em Direitos Humanos, a exemplo de Ética e Cidadania, Escola que Protege, Mais Educação, Programa Nacional de Extensão Universitárias, Educação para a Diversidade, dentre outros. A criação da rede de cursos a distância envolvendo universidades públicas, federais e estaduais, ampliou a formação de redes universitárias, como a REDH Brasil e a Rede de Cursos à Distância de Educação em Direitos Humanos, envolvendo cursos à distância de extensão, aperfeiçoamento e especialização com apoio do FNDE e da Capes.

Portanto, estamos ainda numa longa jornada permanente no campo da educação, seja ela na modalidade presencial, seja a distância, não deixando de considerar a crescente produção de trabalhos científicos. O que não podemos é negligenciar o amadurecimento e aperfeiçoamento que devemos promover para atingir a todos os atores sociais no que se refere a formação, currículo e direitos humanos, mas isso ainda requer mais estímulos no campo multidisciplinar em modalidades não formais e formais e no próprio Plano nacional de Educação (2014-2024) o qual não fortaleceu a temática em outros campos de pesquisa (ZENAIDE, 2018).

As autoras Almeida; Reis (2018, p.58) consideram que é preciso “sensibilizar, incentivar o diálogo, revelar horizontes de possibilidades, promover uma abertura em direção ao outro, estimular o pensamento e a indignação ante toda forma de opressão”, portanto, isso é um processo, diante do sistema não somente de trabalho, mas de vida.

Cabe aos estudantes de licenciatura em pedagogia ou qualquer outra licenciatura, não entender o currículo apenas como cumprimento de atividades ao longo de sua formação, mas procurar consolidar de forma mais efetiva diante das discussões que surgem ao longo de sua carreira.

Devemos compreender que proporcionar autonomia nas relações escolares e sociais tem sua relevância para a cidadania, para além muros (relações familiares) e para tal conjectura, devemos explorar nossa formação ainda mais, requerendo constantemente mudanças interdisciplinares para as devidas transformações interpessoais.

Portanto, segundo propõe Almeida; Reis (2018) uma EDH verdadeira exige que “práticas científicas, institucionais e das pedagogias formativas seja questionada, confrontada e substituída por novos modelos que permitam uma transcendência em direção ao outro, a sensibilização, autorreflexão crítica, indignação, a aceitação da diversidade das culturas”.

Isto posto, os referenciais teóricos apresentados dão o suporte para a pesquisa sob o tema o desafio do estudante de licenciatura em pedagogia modalidade EaD na formação em e para direitos humanos. A seguir apresentar-se-á o percurso metodológico que possibilitou a realização desta pesquisa.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA DA PESQUISA

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL – Analisar sobre o desafio do estudante de licenciatura em pedagogia modalidade EaD na formação em e para direitos humanos.

2.2 ESPECÍFICOS:

- Identificar legislações que promovam a educação em direitos humanos no currículo na formação de licenciatura em pedagogia;
- Analisar os desafios dos estudantes de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos na modalidade EaD.

JUSTIFICATIVA

Diante dos questionamentos propostos, entende-se que a justificativa é algo importante não somente para a sociedade, mas para a ciência, nesse sentido, e conforme nos ensina Minayo (2001, p. 42) “trata-se da relevância, do por que tal pesquisa deve ser realizada”. Logo, a justificativa dessa pesquisa pretende evidenciar do por que alguns estudantes de licenciatura em pedagogia encontram-se inseguros no seu espaço laboral, daí a relevância da qualidade no currículo na formação dos estudantes, bem como as normatizações e práticas diante do público a ser atingido. Para tal, os objetivos devem articular entre si, promovendo dimensões em resposta a inquietação (problema), nesse sentido “é fundamental que estes objetivos sejam possíveis de serem atingidos” (MINAYO, 2001, p.42).

O que motiva sobre esse tema é saber que professores já formados, atuantes na educação básica na Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal (SEEDF) “não se sentem obrigados e se contradizem quando as questões são direcionadas aos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA focam nos direitos básicos, proteção integral, aplicação das medidas socioeducativas, e outras” (BITTENCOURT; CASTRO, 2015, p.1).

As autoras citadas propõem que a temática dos Direitos Humanos e o ECA sejam inseridas na formação docente expondo ao ato pedagógico. Então, durante o percurso da formação no qual eu também faço parte, nos motiva a compreender que agora é o momento em que outras gerações de educadores não sejam tolhidas na sua essência diante dos questionamentos suscitados no ambiente de trabalho. Há inúmeros casos de omissão ou negligência de educadores que não sabiam como agir diante dos discentes (alunados).

Nesse sentido, acredito que o trabalho tem sua importância por conceber não somente para o trato nas relações interpessoais entre os professores e alunos, como para a sociedade como um todo, por considerar que o modo de sermos fortalecerá laços no ambiente escolar, no espaço familiar, no campo social, e também no campo pessoal de cada ser. Para tal Sacavino (et al, 2012, p. 14) enfatiza que a Educação em Direitos Humanos “parte de uma visão dialética e global, em que os direitos humanos são vistos como mediações para a construção de um projeto alternativo de sociedade: igualitário, sustentável e plural”. Diante das dificuldades dos docentes no campo laboral carências de vivências que reconheçam a fragilidade diante das condições reais da diversidade humana e cultural que o ambiente escolar promove., torna-se salutar atentar para as práticas educativas do que tão somente

questões teórico-conceituais tão bem desenvolvidas ao longo da formação, mas que somente na pesquisa evidenciará ou não.

De acordo com o problema em evidência esta pesquisa busca investigar qual a percepção do estudante de licenciatura em pedagogia durante sua formação inicial sobre o componente curricular obrigatório da educação em e para direitos humanos? Nesse sentido, a metodologia descritiva permitirá um conjunto de operações baseada na pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo.

Ao tentar compreender sobre o desafio do estudante de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos, constitui em escopo: Identificar legislações que promovam a educação em direitos humanos no currículo na formação de licenciatura em pedagogia; e, analisar os desafios dos estudantes de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos na modalidade EaD.

Estudos iniciais realizados por Bittencourt; Castro (2015) enfatizam certas fragilidades de profissionais da educação no espaço laboral frente não somente ao trato (relacionamento) junto aos alunos, como o desconhecimento de como atuar diante de uma violação de direitos humanos. Nesse contexto, os participantes da pesquisa serão estudantes de licenciatura em pedagogia de Instituições de Ensino Superior da Universidade de Brasília (UnB).

Quanto as etapas propostas de pesquisa, será envolto em concepções do tema proposto, que de forma concisa, consistirá numa revisão de literatura na construção do quadro teórico. Será encaminhado junto a estudantes do último período de graduação de licenciatura em pedagogia na modalidade EAD por meio da ferramenta Google Docs e encaminhadas via e-mail individuais, composta por questionário, semiestruturados que promoverá uma economia coletiva para o método de pesquisa aplicado.

Diante do delineamento da pesquisa, após a coleta das informações, e da discussão dos dados em consonância com o cronograma apresentado, havendo manifesta a interpretação dos problemas educacionais na formação, lembrando que a pesquisa científica não consegue apreender a realidade em sua totalidade (DEMO, 2009), esta pesquisa certamente produzirá novos conhecimentos em termo de avanços científicos num quadro teórico da pesquisa.

CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Face aos objetivos da pesquisa e os dados das informações coletados, foram dispostos em subtítulos classificados para melhor adequação do contexto metodológico proposto. Elenca-se num breve aporte: Futuros educadores e educandos; formador de sujeitos de direitos e o desafio para educação em e para direitos humanos.

Para essa pesquisa qualitativa, foi possível o acesso a cerca de 18 estudantes que estão no último semestre do curso de licenciatura em pedagogia na modalidade EaD, desses selecionados, 50% (por cento) dos que receberam o questionário da pesquisa, encaminharam seu posicionamento quanto as perguntas propostas, conforme questionário em apêndice. Outro ponto importante e por questões pedagógicas, seus nomes são fictícios, e para tal, utilizamos nomes de flores, pois a educação, têm sido um verdadeiro jardim.

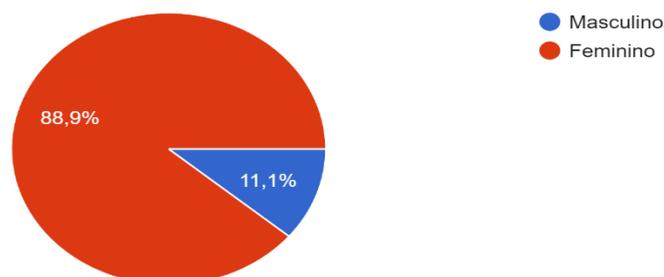
O questionário foi construído considerando três dimensões (perfil estudantil, teórica e prática) encaminhado via google docs de forma individualizada para cada e-mail dos alunos em questão. Pode-se inferir que os estudantes que receberam o questionário, mas não o responderam podem ter tido alguma dificuldade de acesso ao e-mail pessoal ou por qualquer outro motivo, não puderam responder ao questionário com cerca de 13 perguntas.

Diante dos resultados iniciais, evidencia num primeiro momento que o perfil dos estudantes que responderam são a grande maioria do gênero feminino. A parcela maior dos profissionais que atuam na pedagogia é composta do gênero feminino, que de certa forma na concepção dos pais, os alentam por entenderem que essas profissionais serão uma extensão do lar, como uma parente, uma tia.

Gráfico 1 – Gênero dos respondentes

Pergunta 1- Qual o seu gênero?

9 respostas



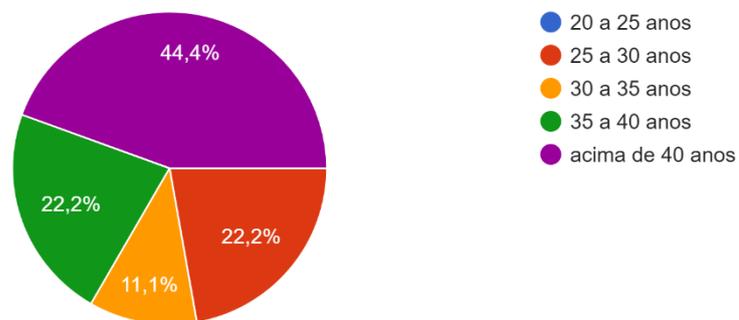
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Possuem idade na sua grande maioria estudantes acima de 40 nos de idade, isso denota maturidade na questão de relacionamento social e cultural, que nessa configuração permite uma compreensão de vivência social e consolidação para o trato com o outro, o aluno(a) (criança e adolescente).

Gráfico 2 – Idade dos respondentes

Pergunta 2 : Qual a sua idade?

9 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A proposta da pesquisa é de compreender se o estudante no último período de sua formação na modalidade EaD encontra-se apto para os desafios de sua profissão considerando seu domínio numa educação em e para direitos humanos, o qual durante as disciplinas apresentadas ao longo dos cinco anos de curso, tenha o domínio sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente por entender que pesquisas recentes apresentam violência em sala de aula envolvendo atores dessa relação social, professor versus aluno, por isso, considerar o desafio dos futuros educadores e educandos.

Gráfico 3 – Período de curso dos respondentes

Pergunta 3 : Em que período encontra-se no curso?

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Futuros Educadores e Educandos

Em sua obra, *Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar*, o celebre educador Paulo Freire (1997), patrono da educação brasileira nos impulsiona a pensar do grande desafio proposto ao futuro educador, que nesse caso em especial, somos nós, estudantes de licenciatura em pedagogia na modalidade de Educação a Distância. Nós estudantes estamos há um passo de nossa concretude, de tornarmos pedagogos de fato e de direito, ainda mais agora sob a égide da responsabilidade do nosso curso ter sido elevado à categoria da nota máxima cinco, conforme o resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)¹.

Não há como negligenciar a proximidade no relacionamento entre educadores e educandos, fruto que o conhecimento proporciona na curiosidade de (re)construções dos saberes e fazeres, pois, antes na condição de educador devemos aprender a ensinar e que após aprendido, reaprender por estar na condição de educador, e que pontualmente a educação em direitos humanos também deve estar presente (FREIRE, 1997).

¹O objetivo do Enade é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>, acesso em 12out.2018.

Freire (1997, p. 19) nos orienta que “o fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo”, portanto, mais que evidenciar o currículo em nossa formação, esse é um processo constante, que deve desaguar também em nossa formação continuada, fruto da formação, não consolidada apenas em prescrições em atendimento simplesmente do currículo formal, mas de conhecer ao outro que estar a aprender, para que o conteúdo vá além do espaço de sala, e assim consolide como possibilidade de cidadania da geração aprendente.

O mesmo autor enfatiza que essa relação não é pontual, estanque, consolidada apenas numa base, num só pilar de sustentação que fica condicionada apenas ao tempo de sala de aula para tão simplesmente atender ao protocolo do plano de metas² educacionais propostos. É importante salientar que nas relações entre os futuros educadores e educandos, “Elas incluem a questão do ensino, da aprendizagem, do processo de conhecer-ensinar-aprender, da autoridade, da liberdade, da leitura, da escrita, das virtudes da educadora, da identidade cultural dos educandos e do respeito devido a ela” (FREIRE, 1997, p.51).

Devemos estar atentos nas relações pessoais existentes em sala de aula, principalmente por considerarmos que o modo de sermos humanos e em nossa multiforme condição de aprendentes, não venhamos a promover deterioração das relações e assim, não impere o desrespeito e a violência entre educadores e educandos. Cabe atentarmos não somente as legislações em vigor sobre direitos humanos proposto no currículo, mas considerarmos a ética, o respeito para estarmos seguros em promover intervenções na realidade concretas das condições sociais e históricas do contexto educacional a curto e longo prazo.

Ao educador cabe estar atento em promover uma educação na perspectiva intercultural, sem preconceitos ou discriminações. Evidenciar a conquista de direitos não com a visão entre países, demonstrando um mundo inatingível, distante, mas retratando que a prática do relacionamento também sociocultural está presente entre bairros, comunidades, famílias, em nós mesmos humanos.

Uma das características é que ao educador agente sociocultural e político, testemunho de suas próprias ações se permita promover mais que um discurso neoliberal de liberdade, igualdade e universalidade, mas trate de forma mais aprofundada do que requer o sistema

²O Plano Nacional de Educação (PNE-2014/2024) em movimento, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. Em sua meta 7, propõe Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, requer assegurar a educação como um dos direitos humanos.

educacional e quais metas devem ser atingidas, o proposto pelo currículo ou pelo relacionamento entre os indivíduos.

Nas relações interpessoais a importância do poder como relacionamento, consolida-se num rizoma de relações sociais promovido num ambiente de liberdade e de prática, ou seja, “o poder está presente em todas as relações, penetra todas as dimensões da vida, e se relaciona especialmente com a construção da realidade social, política, cultural e econômica” Monteiro e Pimenta (2013, p.38).

Não dimensionamos muitas vezes qual o nosso papel como educadores. Não atentamos que mais do que definições ou concepções de conceitos, devemos ser formadores de sujeitos de direitos para que os relacionamentos sejam para a promoção de uma cultura de paz, não somente dentro do espaço escolar, mas atravessem as paredes das salas de aulas, os muros das escolas, os corações dos outros.

Portanto, o que foi perguntado conforme apresentado abaixo, representa um lampejo de que as opiniões sobre o que é educação em direitos humanos vão além de simples ou complexas frases dos entrevistados, mas nos guie para o fortalecimento não somente do currículo, mas de interações em ambientes de estágio também.

Quanto a pergunta 4, que questionou: Em sua opinião o que é Educação em Direitos Humanos (EDH)? Foram recepcionadas as seguintes respostas:

Tabela 1 – Concepção dos respondentes sobre EDH

CRAVO - É um processo de ensino e aprendizagem em que os direitos das pessoas não são violados, exemplo disso é o ECA.

BEGÔNIA - Acredita-se que Educação em Direitos Humanos, seja do estudo que dê possibilidades de uma formação plena, valorizando e respeitando os sujeitos em todos seus direitos e especificidades.

AMARÍLIS - Educação em direitos humanos seja aquela oferecida de tal modo que o sujeito compreenda os seus direitos perante a sociedade.

AZALÉIA - A educação em direitos humanos nos apresenta a teoria, mas em nosso cotidiano sabemos que não é assim que realmente funciona, pois, sempre nos deparamos com algumas situações constrangedoras

HORTÊNSIA - É o respeito aos valores humanos que são definidos por lei

CAMÉLIA - É o respeito ao próximo. Independentemente de qualquer diferença

CALÊNDULA - É uma educação onde se entende o ser humano e seus direitos para melhor desenvolvimento.

ÍRIS - Vejo que a Educação em Direitos Humanos consiste em uma Educação voltada para a promoção da dignidade humana, fundamentada em valores éticos, da justiça, liberdade e permeada na democracia.

MAGNÓLIA - É uma Educação que prisma pela gestão democrática e a valorização da pessoa humana.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Podemos perceber que as respostas estão alinhadas em sua multiforme, que vai além de engessamento, até porque o termo a ser definido, encontra-se em movimento, não pode ser

visto apenas numa base engessada de alguns clássicos pesquisadores e autores, mas enfatiza o quanto o estudante em formação tem em mente a universalização conceitual.

Quanto a pergunta 5, que questionou: Qual a sua concepção sobre educação em e para direitos humanos? Foram recepcionadas as seguintes respostas:

Tabela 2 – Concepção dos respondentes sobre Educação “em e para” direitos humanos.

CRAVO - é o meio pelo qual se ensina e pratica ao mesmo tempo atitudes que não violem direitos das outras pessoas.

BEGÔNIA - Entende-se que seja um aprofundamento dos direitos legais e humanos.

AMARÍLIS – Acredita-se que seja uma maneira do sujeito tomar conhecimentos dos seus direitos para que possa reivindicá-los.

AZALÉIA - Os direitos humanos só serão praticados se realmente existir a conscientização de que precisamos aceitar as diferenças

HORTÊNSIA -É o princípio da moral onde o ser humano precisa ser tratado com dignidade

CAMÉLIA - Respeito ao indivíduo pois todos são seres humanos pacíficos de erros e acertos.

CALÊNDULA - É uma educação voltada para reflexão dos direitos humanos, onde buscamos mudanças com o intuito de melhor contribuição para o desenvolvimento do ser humano.

ÍRIS - Uma Educação voltada para a inserção e promoção dos indivíduos em um cenário de igualdade, justiça e participação democrática.

MAGNÓLIA - Proporcionar que as pessoas se tornem sujeitos ativos no processo de conhecimento, bem como sua consciência crítica.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

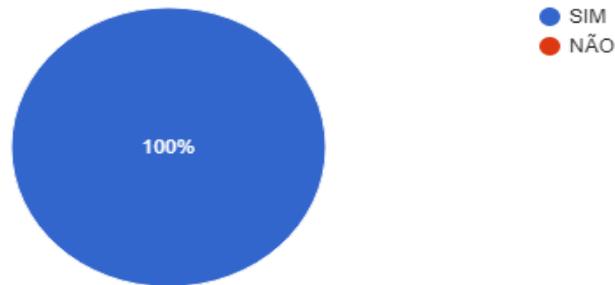
Os nobres respondentes têm em sua grande maioria a compreensão de que educação em e para direitos humanos está além de simplesmente uma transmissão de informações e a consolidação de conhecimento. Consentem que é preciso mudanças significativas entre os pares e entre os seus futuros alunos. Talvez e tão somente o espaço laboral agregado com a real definição que os próprios terão consolidará que a educação permite transformações reais e sociais em cada indivíduo, não apenas no outro, sujeito de direito.

Outro ponto importante apresentado de forma unanime é que durante o curso de licenciatura, todos os estudantes de licenciatura tiveram acesso a materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores a educação “em e para” direitos humanos, isso demonstra o quanto as escolas estão muito bem preparadas para receberem e promoverem a educação em e para direitos humanos.

Gráfico 4 – Questionamento sobre acesso a materiais didáticos e paradidáticos em e para direitos humanos.

Pergunta 6 : Durante o curso de licenciatura, teve acesso a materiais didáticos e paradidáticos, tendo como...uação “em e para” direitos humanos?

7 respostas



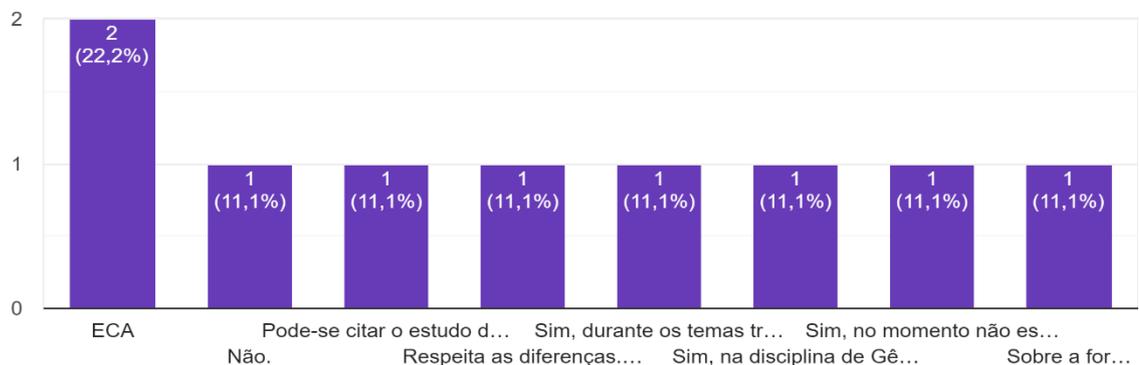
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Outro ponto que essa pesquisa promove deve ser considerada, quando as respostas dos estudantes põem a prova a divergência, que de fato é salutar, mas que aponta para um maior fortalecimento no currículo formal dos futuros pedagogos, que quando perguntado não são unânimes em responder sobre a transversalidade e a interdisciplinarmente, ao terem tomado conhecimento de temas relacionados a educação “em e para” direitos humanos.

Gráfico 5– Conhecimento de temas relacionados a EDH na forma de transversalidade e interdisciplinaridade.

Pergunta 7 : No período de curso, através da transversalidade e tratados interdisciplinarmente, tomou conhecim...m e para” direitos humanos? Cite-as?

9 respostas



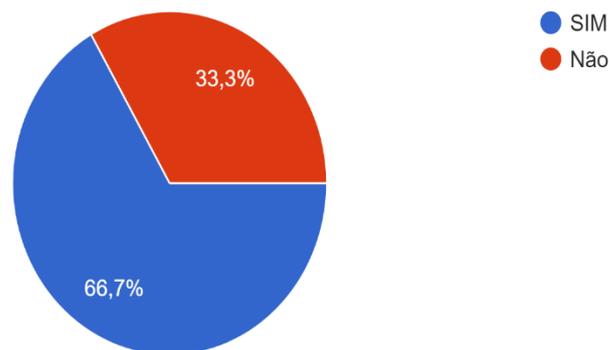
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Apenas dois estudantes foram enfáticos sobre o ECA, e a grande maioria, de forma livre de entendimento não sabem informar que ao longo de cinco anos de formação em pedagogia tem não bem definido, citando apenas que “respeita as diferenças”, ou apenas a “educação inclusiva”, isso nos desperta a considerar o papel da disciplina em direitos humanos de forma mais incisiva como matéria na matriz curricular, para que o futuro educador também um promotor e um sujeito de direitos.

Gráfico 6 – Questionamento sobre alguma disciplina como conteúdo específico de EDH.

Pergunta 8 : Recorda de alguma disciplina como conteúdo específico de educação em direitos humanos?

9 respostas



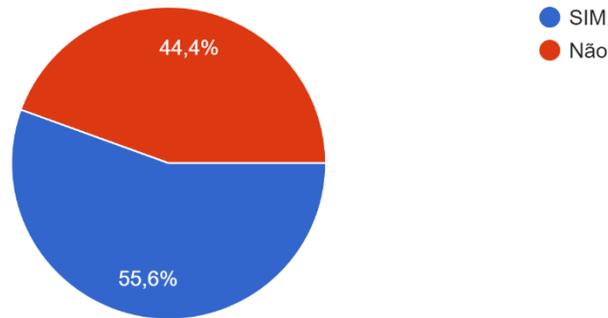
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A grande maioria das respostas não recordam de disciplinas como conteúdo específico de educação em direitos humanos, e nem disciplinas de conteúdo em direitos humanos, como é possível citar conforme o currículo atual da licenciatura em pedagogia que são: perspectivas do desenvolvimento humano, educação com necessidades educacionais especiais (ENEE), aprendizagem e desenvolvimento do PNEE, Introdução à classe hospitalar, ensino de história identidade e cidadania, educação das relações étnico-raciais, língua de sinais brasileiros, gênero e educação.

Gráfico 7 – Sobre acesso ao ECA como tema ou disciplina.

Pergunta 9 : Teve acesso ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como tema ou disciplina?

9 respostas



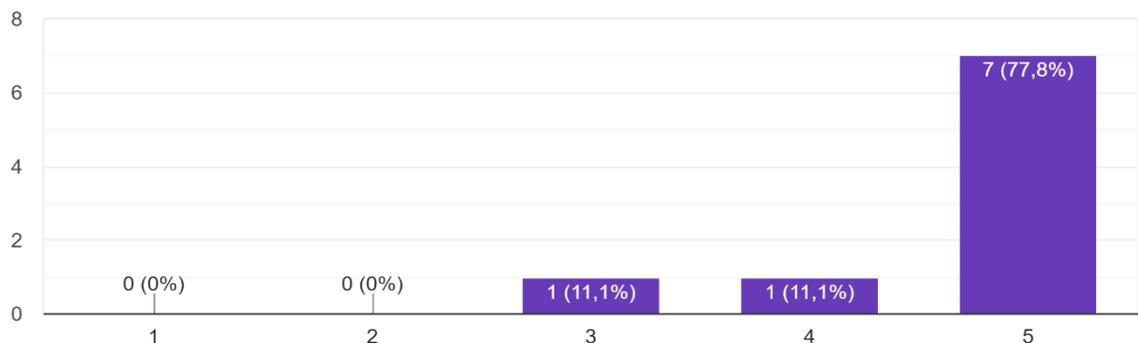
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os estudantes demonstraram que cerca de 44% deles não tiveram acesso ao ECA, seja como tema ou disciplina, que de fato não é uma disciplina, mas tem normatizações importante para conduta e atuação dos educadores no ambiente laboral.

Gráfico 8 – Sobre acesso o ECA ser importante como possível disciplina curricular

Pergunta 10 : Para você, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é importante como possível disciplina curricular?

9 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Mas a grande maioria dos estudantes teve a percepção do quanto o ECA é relevante e importante como proposta para o conhecimento, promoção, e de certo modo, para o fortalecimento de orientação, conduta e atuação em sala de aula para que tanto os pares quanto os demais atores da educação compreendam da importância para a proteção integral da criança e do adolescente.

A violência na escola não pode consolidar índices alarmantes e recorrentes no Brasil. Por isso, a importância de observar e verificar possibilidades para a mudança e fortalecimento das legislações e normatizações, portanto a educação tende a promover mudanças para transformações sociais e pessoais, e com isso diminuir ainda mais as vítimas de agressões verbais ou de intimidações realizados por alunos.

Formador - sujeitos de direitos

Ser educador é ser um sujeito de direito e também um sujeito que guia o outro a tornar-se, caso deseje. Para tal proposta durante sua formação deve estar atento às transformações sociais, culturais e econômicas, que incidem a todos da sociedade, e com isso, ser sensível a autoconsciência e a autopercepção dessas mudanças ocasionais ou não dentro, de um contexto nacional, regional ou local.

É importante frisar que “uma das características da educação em direitos humanos é sua orientação para a transformação social e a formação de sujeitos de direitos” sensível “para o empoderamento dos sujeitos e grupos sociais desfavorecidos, promovendo uma cidadania ativa capaz de reconhecer e reivindicar direitos e construir democracia” (MONTEIRO; PIMENTA, 2013, p. 39).

Mas essa construção deve ser recíproca e constante, não deve estar apenas no mundo do academicismo ou da apresentação do currículo proposto, deverá estar contido nos fundamentos que os educadores devem saber/conhecer os direitos, desenvolver uma autoestima positiva, uma capacidade argumentativa e por fim, promover uma cidadania ativa e participativa aos seus pares, profissionais da educação como aos seus educandos (MONTEIRO; PIMENTA, 2013).

Essa promoção ocorre no relacionamento, fruto do diálogo, ou seja:

O diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. (...) O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e a re-fazem (FREIRE; SHÖR, 1986, p. 122-123)

Nesse caminho de idas e vindas, nesse constante movimento interpessoal entre os seres, formadores de sujeitos de direitos, o diálogo deve ser um mecanismo, uma ferramenta de transformação do modo de sermos, o eu em relação ao tu, na condução de não invasão da privacidade e intimidade do outro, mas de compartilhamento entre os mundos subjetivos da relação.

Até porque, “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferente sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p.462), nesse condicionante, eu formador (educador) dos sujeitos de direitos, devo estar atento a minha condicionante da horizontalidade dos meus pares, profissionais que também necessitam a real compreensão da proposta da educação em direitos humanos e também dos meus educandos, e com isso dentro de um contexto ético, não me posicionar da verticalidade em função da minha condição de formador.

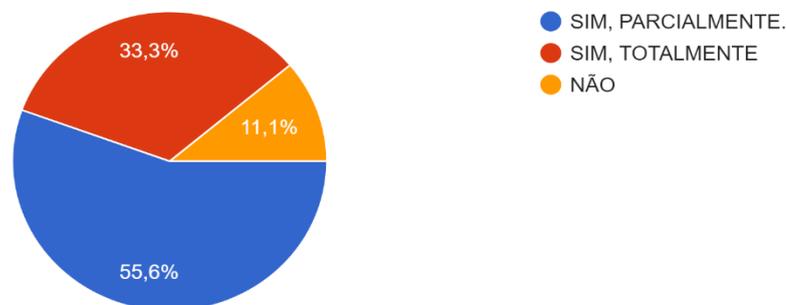
Desafio para educação em e para direitos humanos.

Para a dimensão da prática, é importante atentar que a grande maioria dos estudantes entrevistados se acham parcialmente aptos para exercerem a profissão e atentos manifestar-se a qualquer possibilidade de violação ao ECA.

Gráfico 9 – Da teoria à prática, para exercer a profissão como docente e manifestar-se a qualquer possibilidade de violação ao ECA?

Pergunta 11 : Do ambiente virtual (conteúdos teóricos) para a prática em sala de aula (estágio), você está apto...quer possibilidade de violação ao ECA?

9 respostas

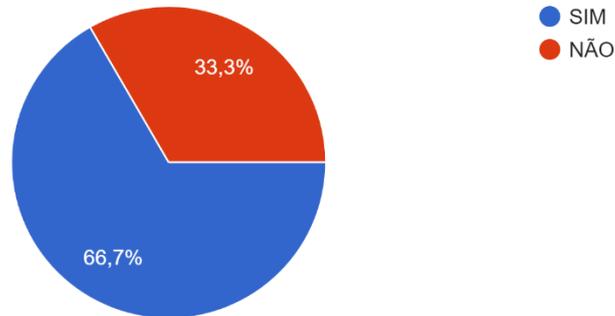


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 10 – Durante o estágio, teve experiência bem-sucedidas na EDH?

Pergunta 12 : Durante o estágio de formação, teve experiências bem-sucedidas realizadas na educação em direitos humanos?

9 respostas



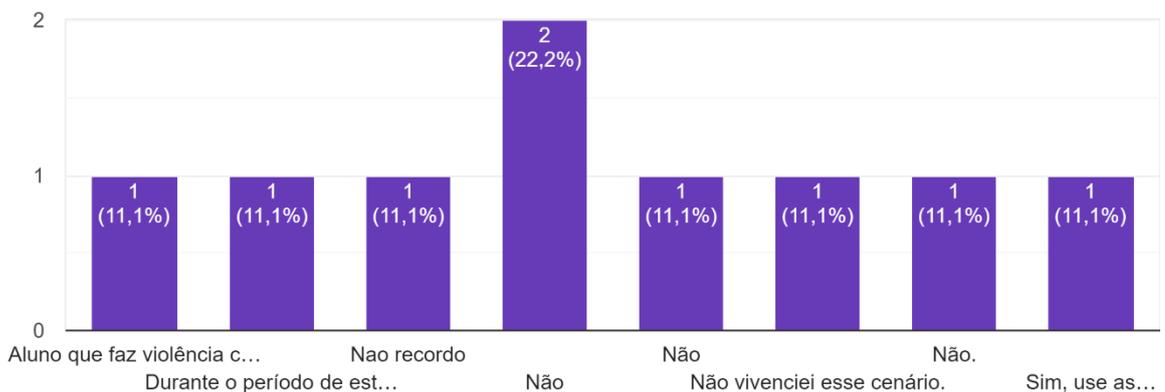
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Mesmo que tenham em sua maioria informado que durante o estágio tiveram experiências bem-sucedidas e realizadas na EDH, mas não souberam ser explícitos quanto as possíveis atitudes a serem tomadas quanto a percepção de alguma alteração em sala.

Gráfico 11– Visualização durante estágio de alguma forma de violação da educação em e para direitos humanos?

Pergunta 13 : Ainda durante o estágio, deparou-se com alguma forma de violação da educação “em e para” direi...anos? Se sim, qual foi a sua atitude?

9 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Acredito que seja preciso rever certas condutas nas relações sociais, e isso não está somente intrínseco no ambiente familiar, mas também na extensão do ambiente social que também é a escola, a sala de aula. É preciso conceber que a educação em e para direitos humanos tem seus desafios, não somente de implementação como disciplina, mas de entendimento e vivências, pautado em mudanças significativas na compreensão do outro e não da imposição de verticalidade para consolidação de autoridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tem como objetivo analisar sobre o desafio do estudante de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos, em função da problemática de analisar qual a percepção do estudante de licenciatura em pedagogia durante sua formação inicial sobre o componente curricular obrigatório da educação em e para direitos humanos, tem-se as seguintes considerações.

Como futuro profissional da Educação, percebi não somente nos estágios que o curso promove, mas também estudos realizados pelas pesquisadoras Bittencourt e Castro (2015) que chegaram a conclusões de que professores formados e atuantes em sala de aula na educação básica na Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal (SEEDF) entendem que não são obrigados e ao mesmo tempo não se sentem seguros em afirmar categoricamente sobre artigos do ECA com foco nos direitos básicos e proteção integral dentre outros.

Os objetivos dessa pesquisa foram alcançados ainda que parcialmente em função do baixo retorno dos questionários enviados, em que dos 18 pesquisados, somente 9 (cinquenta por cento) estudantes responderam. De certo, que o quantitativo não respondente limitou em parte a pesquisa, mas que não abonou os desafios que apresentam a educação em e para direitos humanos e sua necessidade de ser enfatizado na formação dos estudantes de licenciaturas.

Nesse sentido, a pesquisa também possibilitou identificar algumas legislações que promovem a educação em direitos humanos curricular na formação de licenciatura em pedagogia; e, ao mesmo tempo, também foi possível analisar os desafios dos estudantes de licenciatura em pedagogia na formação em e para direitos humanos na modalidade EaD. Os dados apresentados demonstram a insegurança na formação docente em relação teoria e prática principalmente no período do estágio.

A metodologia utilizada permitiu promover uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo, onde a tecnologia (google docs) agregou a celeridade e qualidade nas imagens dos gráficos e respostas.

Mesmo com certas limitações em função da ausência de questionários respondidos por outros estudantes, evidenciou que a ausência da disciplina de educação em e para direitos humanos e também de estudos sobre o ECA, promove reflexões sobre novos desafios na matriz curricular nos cursos de formação em licenciatura em pedagogia na modalidade EaD.

Muitos dos respondentes estão bem consolidados em suas concepções sobre a EDH, sabem que é um processo, que permite possibilidades na formação plena de valorizar e respeitara todos, pois o espaço laboral é complexo, mas o respeito, os valores éticos de justiça e liberdade promove democracia, por isso consideram que a EDH prisma por um gestão e valorização da dignidade da pessoa humana.

O conhecimento sobre a educação em e para direitos humanos na visão dos respondentes se fortaleceu por compreender e ao mesmo tempo ao ter sido promovido de forma transdisciplinar ao longo de sua formação curricular, proporcionou momentos ígneos como sujeitos ativos nesse próprio processo de conhecimento e de posicionamento crítico, para aceitar as diferenças, reivindicar e assim contribuir ainda mais para o desenvolvimento dos seres humanos (docente/discente).

Por fim, cabe enfatizar que novas pesquisas futuras devem ser promovidas para que a qualidade não somente do ensino, como também a segurança e o relacionamento social entre educadores e educandos estejam estampados em capas de jornais e revistas da valorização da vida e não em manchetes de violência (omissão, agressão), recomenda-se portanto a incorporação nos cursos de licenciaturas a disciplina de Educação em e para Direitos Humanos, onde outros instrumentais de disciplinas além do ECA possam ser estudados, discutidos e ressignificados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **A pedagogia dos caracóis**. Campinas, São Paulo. Verus, 2011.
- ALMEIDA, Camila Nunes de. REIS, Helena Esser dos. **A educação em direitos humanos como ferramenta de consolidação e expansão dos direitos humanos**. RIDH. Bauru, v.6, n.1, p.45-59, jan./jun., 2018.
- BLANCO, Soeli Francisca Mazzini Monte [et al.] FARIAS, Marzely Gorges. ABREU, Juciane Rodrigues de. DALMINA, Luisa. **Formação de pedagogos do CEAD/UDESC na perspectiva inclusiva**. Colóquio Luso-Brasileiro de Educação – COLBEDUCA. 2018.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.
- _____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso: 25 mar. 18.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>, Acesso: 12out.18.
- BITTENCOURT, Cleonice Pereira do Nascimento. CASTRO, Márcia Helena de. **Percepção de educadores sobre o ECA, numa perspectiva do Educar para e em Direitos Humanos**. VI EDIPE (Encontro Estadual de Didática e práticas de Ensino. Goiás. 2015.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: desafios para a formação de professores**. Novamérica, n. 78, p 36-39, 1998.
- CARVALHO, Lauriston de Araújo. **Educação em direitos humanos: uma revisão de literatura Human rights education: a literature review**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil. Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 1, p. 30-45, jan./abr. 2018.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- _____. **Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar**. Ed. OLHO d'água. São Paulo. 1997.
- _____. SHÖR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**; tradução de Flávio Paulo Meurer. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GÉLIS, J. “A individualização da criança”. In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. **História da vida privada 3** – da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Hiata Anderson [et al.]. FREITAS, Alex Canal. PEREIRA, Katucha Kamilla. PALMEIRA, Jonadabe Alves. **IMAGENS, CONCEPÇÕES E AVALIAÇÕES**: a experiência de um curso de educação em direitos humanos. Revista Extensão em Foco, nº 15, jan./jul. p. 120-137, 2018.

SACAVINO, Susana. et al. **Educação em Direitos Humanos e Bullying**: oficinas para enfrentamento e prevenção. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova América e Studio Gráfico, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In. SANTOS, B. S. (Org.). **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo. Cortez, 2006.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA**: história, trajetórias e desafios nos quinze anos do PNEDH. Educação & Formação, Fortaleza, v. 3, n. 7, p. 137-161, jan./abr. 2018.

APÊNDICE



Universidade Aberta do Brasil

Faculdade de Educação – FE

Professora Orientadora: Andréia Mello Lacé

Aluno: Clawdemy Feitosa e Silva

Prezado estudante, esta pesquisa de campo se insere no âmbito do Componente Curricular Projeto 5, Fase 2, Faculdade de Educação, Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB) e tem como objetivo: Compreender sobre o desafio do estudante de licenciatura em pedagogia modalidade EaD na formação em e para direitos humanos.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Clawdemy Feitosa e Silva, estudante de licenciatura em Pedagogia, cursando o 9º período.

QUESTIONÁRIO

PERFIL ESTUDANTIL :

- GÊNERO: MASCULINO

FEMININO

- IDADE: 25 A 30 ANOS

30 A 35 ANOS

35 A 40 ANOS

Acima de 40 ANOS

– PERÍODO: 6º ao 7º

7º ao 8º

8º ao 9º

9 ° ao 10°

DIMENSÃO TEÓRICA:

1-Em sua opinião o que é educação em direitos humanos (EDH)?

2-Qual a sua concepção sobre educação “em e para” direitos humanos?

3- Durante o curso de licenciatura, teve acesso a materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores a educação “em e para” direitos humanos?

não;

sim, se sim, qual(is):

4- No período de curso, através da transversalidade e tratados interdisciplinarmente, tomou conhecimento de temas relacionados a educação “em e para” direitos humanos? cite-as?

5- Recorda de alguma disciplina como conteúdo específico de educação em direitos humanos?

não;

sim, se sim, qual(is):

6- Teve acesso ao estatuto da criança e do adolescente (eca) como tema ou disciplina?

não;

sim, se sim, qual(is):

7- Para você, o estatuto da criança e do adolescente (eca) é importante como possível disciplina curricular?

Nada Importante (VALOR=1)

Pouquíssimo Importante (VALOR=2)

Pouco Importante (VALOR=3)

Importante (VALOR=4)

Muito Importante (VALOR=5)

DIMENSÃO PRÁTICA:

1- Do ambiente virtual (conteúdos teóricos) para a prática em sala de aula (estágio), você está apto para exercer a profissão como docente e detectar qualquer possibilidade de violação ao ECA?

- não; se não, quais os motivos?
- parcialmente;
- totalmente.

2- Durante o estágio de formação, teve experiências bem-sucedidas realizadas na educação em direitos humanos?

- não;
- sim, se sim, qual(is):

3- Ainda durante o estágio, deparou-se com alguma forma de violação da educação “em e para” direitos humanos? qual foi a sua atitude?
